

Sr Licitante:

1. Solicitamos que para a **FORMAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO** e seu registro no COMPRAS.GOV.BR, Vsa se baseie **EXCLUSIVAMENTE** nas informações contidas no Edital, especialmente nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CADA ITEM** e demais condições do **Anexo I**. Caso haja divergência entre o descritivo do item lançado no COMPRAS.GOV e o do Item no Anexo II, sempre prevalecerá o que consta no **Anexo I** do Edital.
2. Documentos solicitados e que constam no SICAF, dentro do prazo de validade, **não** precisam ser anexados.
3. Documentos solicitados que não constam no SICAF **ou** que estejam com validade vencida, **anexar** com restante da documentação.
4. Enfatizamos que: Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Pregoeira 14ª CPL/SMS

Obs: Este encarte não faz parte do Edital, se presta somente para auxílio ao Licitante

PREGÃO ELETRÔNICO

90468/2026-SMS.G

PROCESSO

6018.2026/0021775-6

CONTRATANTE (UASG)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/06/2026** às **10h30m** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto/Fechado

FASE DE HABILITAÇÃO

Após as fases de apresentação de propostas, Lances e Julgamento

COMISSÃO/PREGOEIRO DESIGNADO

CPL: 14ª CPL/SMS – PORTARIA 614/2025/SMS

E-mail: meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br

Tel.: (11) 5465-9482

I. EDITAL

ÍNDICE

1.	EMBASAMENTO LEGAL	3
2.	OBJETO	3
3.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
4.	ACESSO ÀS INFORMAÇÕES	5
5.	IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	6
6.	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS	6
7.	ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS	8
8.	ETAPA DE LANCES	9
9.	MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO	10
10.	JULGAMENTO	11
11.	HABILITAÇÃO	12
12.	AMOSTRAS	20
13.	FASE RECURSAL	21
14.	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	22
15.	PREÇO	23
16.	DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO	23
17.	CONDIÇÕES DO AJUSTE	24
18.	PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA	25
19.	RECEBIMENTO DO OBJETO	26
13.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	27
14.	PENALIDADES	27
15.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29
	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	32
	ANEXO – II - MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL	57
	ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES	61
	ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS COM A FAZENDA DA PMSP	63
	ANEXO V – PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO	64
	ANEXO V.1 – JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO	65
	ANEXO – VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO	67
	ANEXO – VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO -CADASTRO RESERVA	80
	ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	83

PREÂMBULO

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, situada Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **menor preço** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS**, conforme descrição no **ANEXO I** deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925003, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10h30min, do dia 10/06/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do Painel de Negócios, da PMSP.

1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. OBJETO

- 2.1. O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS**., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A licitação será dividida em itens, conforme constante no Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.3. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

- a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**
 - a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
 - c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- e) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública deste Município;
- f) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
 - f.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - f.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja

cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f.3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

f.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

f.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

f.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, para meirefreitas@prefeitura.sp.gov.br.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação **é obrigatório** anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

- 6.1.1** O licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, “Marca”, “Fabricante” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.
- 6.1.2** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.1.3** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.4** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.5** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.6** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6.1** Os preços unitários e total deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais.
- 6.1.7** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.8** Após os lances e negociação de preços, o licitante melhor classificado do certame deverá enviar a proposta de preços, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 6.1.9** A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

6.1.10 Para aferição da compatibilidade do produto ofertado, deverá ser apresentado os documentos abaixo juntamente com a Proposta:

- a)** **Ficha Técnica**, Catálogos, folhetos e outros documentos técnicos que permitam a conferência de TODAS as especificações técnicas do produto ofertado diante do solicitado no Anexo I.

a1) Deverá ser comprovado que os produtos e itens ofertados têm prazo de validade não inferior a 2 anos, sempre que exigido prazo de validade.

- b)** **PARA OS ITENS 01, 02, 03, 07 E 09:** deverá ser apresentado o Registro válido no Ministério da Saúde na conformidade exigida constante na especificação dos produtos (Anexo I)

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

- 7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES

- 8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.1.1 O lance deverá ser ofertado por PREÇO POR LOTE para os ITENS 01 a 06 e por PREÇO UNITÁRIO para os ITENS 07, 08 e 09.

- 8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.
- 8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 8.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

- 8.10** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.11** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.12** **A negociação será realizada por meio** do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.13** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e visando celeridade, **os Documentos de Habilitação (Item 11.5 e seus subitens, deste Edital)**.
- 8.14** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO**, sendo, MENOR PREÇO POR LOTE na composição dos ITENS 01 a 06 e MENOR PREÇO UNITÁRIO nos ITENS 07, 08 e 09, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos, conforme citado no item 7.3.
- 10.6.** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a **proposta de preço, conforme Anexo II, juntamente com os documentos listados no item 6.1.10.**
- 10.7.1** **Na proposta deverão estar discriminados os preços unitários de todos os produtos, inclusive aqueles que compõem o LOTE dos ITENS 01 a 06.**
- 10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

- 10.9** Para a aquisição de bens é indício de inexecutabilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.
- 10.10** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 10.11** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1** Verificada as propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

- 11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa individual de Responsabilidade Limitada, que conforme Art. 41 da Lei Federal nº 14.195/2021, de 26/08/2021, passa a ser Sociedade Limitada Unipessoal – SLU;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) **Quando aplicável aos Itens que sejam saneantes e produtos para a saúde:**
 - a) **Comprovação de regularidade quanto à AFE – Autorização de Funcionamento** da empresa proponente, emitida pelo órgão competente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Saúde.
 - b) **Licença de funcionamento (Alvará Sanitário)** atualizada ou cadastramento definitivo, da empresa proponente, emitido por órgão da Vigilância Sanitária local;
 - b.1)** Caso a revalidação da licença de funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, nos termos da legislação sanitária local.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1) No caso de o licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

- a) **Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame**, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;

b.2) Serão considerados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) maiores ou iguais a 1,00 (um),

apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo VI deste Edital.

b.3.1) A empresa que não alcançar os índices exigidos no subitem b.3 poderá, alternativamente, comprovar qualificação econômico-financeira mediante apresentação de Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação, apurado com base no balanço patrimonial do último exercício social exigível e apresentado na forma da lei.

b.3.2) As formas de comprovação previstas nos subitens b.3 e b.3.1 são alternativas entre si, sendo vedada sua utilização simultânea. O licitante deverá indicar expressamente, no sistema eletrônico, qual critério está utilizando para fins de habilitação econômico-financeira.

11.5.4 Qualificação técnica:

- a)** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- a1) Considera-se atividade pertinente ao objeto licitado, o fornecimento de produtos para combate à dengue, podendo ser insumos, inseticidas, equipamentos ou outros similares.
- a2) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) comprovar a capacidade igual ou superior a 10% do total estimado.
- a3) Será aceita a somatória de múltiplos atestados para a composição do quantitativo solicitado;

11.5.5 Outros Documentos - DECLARAÇÕES:

- a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da

Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.5.5.2 **Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo – ANEXO IV.**

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06

(seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio.

11.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.6.8 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx;
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.6.8.1. As consultas referentes aos subitens b) e e) poderão ser efetuadas através: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

11.6.8.2 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.7 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.7.4 **Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**

11.7.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, e amostras

aprovados, se requerida, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. AMOSTRAS

12.1. Poderá ser requisitada, a critério da Administração, amostras dos produtos licitados, de acordo com as condições abaixo discriminadas:

12.1.1. Apresentadas em sua embalagem original primária e/ou secundária inviolada, para exame, pela comissão avaliadora pertinente, da compatibilidade do produto com as exigências e parâmetros técnicos estabelecidos neste Edital (Anexo I)

12.1.2. A **EMBALAGEM** deverá estar identificada com os seguintes dados:

- a) número do pregão;
- b) nome do licitante;
- c) número do ITEM no ANEXO I.

12.1.4. Caso solicitado, as amostras deverão ser postadas ou entregues no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da sessão pública de pregão, na Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, AOS CUIDADOS DA SRA.MEIRE – Diretoria de Suprimentos – 5º ANDAR.

Tudo deverá ser protocolado no Setor Protocolo – RECEPÇÃO do Prédio.

12.1.5. Será publicado no D.O.C e Quadro de Avisos do COMPRAS.GOV o agendamento da sessão de análise técnica.

12.1.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para os itens:

- a) rotulagem e funcionalidade da embalagem;
- b) comprovação da compatibilidade da tecnologia com a descrição do objeto descrito em Edital;

- 12.2. Em sendo aprovada a amostra apresentada, e decididos os eventuais recursos, o objeto da licitação será adjudicado em favor da licitante declarada vencedora.
- 12.3. Ocorrendo a reprovação da amostra, o pregão será retomado em busca de licitante remanescente no item que atenda as exigências.
- 12.4. Não apresentada amostra no prazo previsto, ou verificada a sua não conformidade, com as exigências técnicas estabelecidas no Anexo I deste Edital, a licitante será desclassificada do certame, ficando sujeita, ainda, às sanções previstas neste instrumento convocatório.
- 12.4.1. Havendo solicitação e justificativa que denote força maior alheia ao licitante, o pregoeiro julgará e poderá estender o prazo previsto para a entrega.
- 12.5. As amostras colocadas à disposição da Administração poderão ser manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito à ressarcimento.
- 12.6. Após a assinatura da ATA de Registro de Preços ou Termo de Contrato concernente aos ITENS respectivos, as amostras apresentadas e não utilizadas, tendo sido aprovadas ou não, poderão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, no 5º andar desta SMS, junto à comissão avaliadora.
- 12.5.1 As amostras serão devolvidas na forma em que estiverem após o manuseio durante sua sessão de análise.
- 12.5.2. A não retirada das amostras no prazo estabelecido no item 12.6 ensejará o descarte das mesmas pela Administração, sem direito a ressarcimentos.

13. FASE RECURSAL

- 13.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

- 13.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 13.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 13.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 13.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2.** Nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, os licitantes remanescentes que concordarem em se registrar no **CADASTRO RESERVA**, com o **preço do licitante vencedor**, poderão fazê-lo, **desde que atendidos todos os requisitos de habilitação previstos no item 6.1.10 e 11**, deste edital.
- 14.2.1** Para fins do disposto no item 14.2, após a declaração do licitante vencedor, o Pregoeiro deverá consultar aos demais licitantes acerca do interesse em se registrarem no **CADASTRO RESERVA** conforme art. 96 do Decreto 62.100/2022. Havendo interesse das licitantes remanescentes, poderão ser registrados até o máximo de três licitantes para cada item licitado, na ordem de classificação, incluída a proposta vencedora;
- 14.2.2** Os licitantes remanescentes que concordarem em registrar o preço na forma do disposto no item 13.2, ficam obrigados ao cumprimento da respectiva Ata de Registro de Preços, pelo respectivo período de vigência e quantitativo

total estimado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório;

- 14.2.3** Os fornecimentos por qualquer das detentoras, observada a ordem de classificação, somente ocorrerão em caso de impossibilidade, relacionadas exclusivamente a caso fortuito e força maior, de fornecimento pelas detentoras antecedentes, sem prejuízo das penalidades cabíveis, atendido o disposto no art. 96, do Decreto nº 62.100/2022.

15. PREÇO

- 15.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 15.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 15.3** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

16. DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 16.1.** As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preço, cuja minuta consta do **Anexo VI**.
- 16.2.** O prazo para devolução da Ata de Registro de Preço assinada será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.
- 16.2.1.** A Ata assinada poderá ser devolvida ao mesmo e-mail no caso de assinatura digital ou via postagem, endereçada ao Setor de Atas, **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – 5º andar– Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020.
- 16.2.2.** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser acompanhada de:
- 16.2.2.1.** Documentos atualizados, se necessário: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de

Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, bem como comprovado que o licitante não se encontra com pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN.

- 16.3.** A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante a apresentação de procuração e cédula de identidade, na hipótese de nomeação de procurador, caso não seja a mesma pessoa já identificada no processo uma vez comprovado o recolhimento dos emolumentos devidos e atendidas as exigências do subitem 16.2.2.1.
- 16.4.** O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 16.5.** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 16.5.1** O atendimento do item 16.5, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

17. CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 17.1** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 17.1.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 17.1.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e do Painel de Negócios, da PMSP,

endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

- 17.1.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

18. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

- 18.1** O prazo de entrega do objeto contratual e locais de entrega constam no Anexo I deste Edital, sendo o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste edital.

- 18.1.1** Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

- a)** até a data final prevista para a entrega; e,
- b)** instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior

- 18.1.2** Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

- 18.2** O material deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

- 18.3** A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a)** Primeira Via da Nota Fiscal;
- b)** Nota Fiscal Fatura;
- c)** Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

18.3.1 Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

18.4 A licitante vencedora deverá entregar no máximo até 3 (três) lotes de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.

18.4.1 A licitante deverá solicitar autorização junto a SMS-3/Diretoria de Suprimentos, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no item 18.4.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.1.1 O descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for.

19.1.2 No ato da entrega, os produtos serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a marca e/ou fabricante declinados na proposta.

19.1.3 Caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.4 Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

19.1.4.1 Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

19.1.5 O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade

do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO I, verificadas posteriormente.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula 18.3 deste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.
- 20.1.1** A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.
- 20.1.2** Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 20.1.3** Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 20.2** Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.
- 20.3** Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

13. PENALIDADES

- 21.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22
- 21.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
 - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

- 21.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária na assinatura da Ata de Registro de Preços e a Ata de Cadastro Reserva, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
 - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 21.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 21.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 21.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 21.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 21.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
 - 21.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
 - 21.4.3** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula;
 - 21.4.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada;
- 21.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 21.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria de Suprimentos, **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – 5º

andar - Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

21.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

21.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

21.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

21.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

22.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

- 22.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 22.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21
- 22.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 22.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 22.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata de Registro de Preços e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 22.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 22.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 22.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 22.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21
- 22.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 22.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

- 22.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados do Paineiro de Negócios, no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 22.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregoiro eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 22.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Paineiro de Negócios, da PMSP.
- 22.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 22.21.** As condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas nas cláusulas anteriores também deverão ser observadas pelos interessados no Cadastro Reserva.
- 22.22.** O licitante vencedor deverá, caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados do pregoeiro responsável, os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 21.3 deste Edital:
- 22.22.1. Cópia do cartão do CNPJ;
- 22.22.2. Cópia de comprovante da conta corrente no Banco do Brasil em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ.
- 22.22.3. Procuração, com firma reconhecida, em nome da pessoa que for assinar a FACC (documento de cadastro junto a CONT/SF) ou contrato social em que conste o nome da pessoa autorizada a assinar pela empresa.

MEIRE CRISTINA PULTZ DE FREITAS

Presidente da 14ª CPL/SMS

Portaria Nº 614/2025/SMS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6018.2026/0021775-6
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90468/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.

1. DO OBJETO:

1.1 Aquisição de “KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES”, composto por produtos com ação contra o mosquito *Aedes aegypti*, a serem distribuídos na rede municipal de serviços de saúde de São Paulo para os pacientes atendidos, notificados e com resultado de teste diagnóstico ou de triagem positivo para dengue ou para os pacientes atendidos, com resultado negativo para dengue, mas com notificação para Chikungunya ou Zika. A finalidade da entrega do Kit é que os pacientes adotem medidas de autocuidado quanto à sua exposição aos mosquitos *Aedes aegypti*, haja vista que estarão em período de viremia e passíveis de disseminar arbovírus em suas casas entre familiares e entre os vizinhos, e os demais insumos correlatos: INSETICIDAS (ADULTICIDA SPRAY E LARVICIDA NÃO TÓXICO) PARA USO PELOS AGENTES DE ENDEMIAS OU PARA SEREM ENTREGUES À POPULAÇÃO, para uso em atividades de vigilância em saúde ou em campanhas de saúde pública nas ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* para o controle da dengue e das outras arboviroses, a serem adquiridos independentemente do KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES.

1.2 Dos Itens que Compõem o Kit de Autocuidado e São Objetos Deste Certame Licitatório:

- a) Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra *Aedes aegypti*.
- b) Repelente de insetos para pele para adultos e crianças de uso tópico e formulação em loção que garanta a proteção contra mosquitos *Aedes aegypti*.
- c) Repelente para aplicação em tecidos acondicionado em frasco para micropulverização, com registro na ANVISA para Venda Livre, eficaz contra mosquitos e com indicação de uso para adultos, crianças e gestantes.
- d) Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano com concentração de ativo acima de 80% para combater o desenvolvimento de larvas e pupas do mosquito *Aedes aegypti*.
- e) Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado contra a dengue e sobre as medidas de engajamento social para o combate às arboviroses transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*”. A cartilha deverá ser impressa em papel de qualidade e com figuras coloridas.
- f) Envelope de Segurança, inviolável, revestida de plástico bolha produzido em polietileno coextrusado para acondicionar o Kit de autocuidado contra a dengue.

1.3. Dos itens Correlatos que Compõem as Aquisições Independentes ao Kit de Autocuidado e que Também São Objetos Deste Certame Licitatório: Inseticida em Microdoses (item 02) e larvicida com Princípio Ativo à Base de Polidimetilsiloxano (Item 3), Pote de larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* variedade *israelensis* (Bti) com três tablets (Item 4):

- a) Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra *Aedes aegypti*.
- b) Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de larvas e pupas do mosquito *Aedes aegypti*.
- c) Pote de larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* variedade *israelensis* (Bti) com três tablets para a aplicação em criadouros de pequeno volume de água e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra *Aedes aegypti*.

1.4. Da Quantidade Total Objeto deste Certame Licitatório:

1.4.1. O objeto deste certame licitatório é a aquisição por meio de ATA de Registro de Preços (ATA de RP):

a) “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e Outras Arboviroses” na quantidade total de 200.000 (duzentas mil) unidades de kit, sendo cada kit formado pelos Itens:

- Item 01: Inseticida em microdoses, 200.000 (duzentas mil) unidades;
- Item 02: Repelente de insetos, 200.000 (duzentas mil) unidades;
- Item 03: Repelente para aplicação em tecidos, 200.000 (duzentas mil) unidades;
- Item 04: Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano, 200.000 (duzentas mil) unidades;
- Item 05: Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado Contra a Dengue e Outras Arboviroses”, 200.000 (duzentas mil) unidades;
- Item 06: Envelope de Segurança inviolável para acondicionar o Kit Kit de autocuidado contra a dengue.

b) Item 7: Inseticida em microdoses com gotas homogêneas na quantidade total de 100.000 (cem mil) unidades.

c) Item 8: Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano na quantidade total de 100.000 (cem mil) unidades.

d) Item 9: Pote de larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* variedade *israelensis* (Bti) com três tablets na quantidade total de 200.000 (duzentas mil) unidades.

1.5. Do Acionamento do Contrato:

1.5.1. Os acionamentos da ATA de RP serão feitos mediante a emissão de Ordem de Fornecimento pela unidade requisitante, com a especificação das quantidades a serem fornecidas a cada acionamento para cada item objeto da ATA de RP.

1.5.2. Fica facultado à contratante o acionamento das quantidades totais ou parciais de cada item do objeto deste certame licitatório.

1.5.3. As quantidades de cada objeto a serem fornecidas pela contratada serão informadas em:

- a) Unidades de “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses”. Cada kit sendo composto por todos os Itens especificados neste Termo de Referência;
- b) Unidades de frasco de inseticida em microdoses com gotas homogêneas;
- c) Unidades de frasco de larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano;
- d) Unidades de pote de larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* variedade *israelensis* (Bti) com três tablets.

2. DA JUSTIFICATIVA

A dengue e as demais arboviroses urbanas, Chikungunya e Zika, transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, se caracterizam como um dos mais sérios problemas de saúde pública no mundo no século XXI. Nos últimos 25 anos, essas arboviroses extrapolaram fronteiras geográficas e climáticas e hoje são endêmicas em dezenas de países. Até mesmo países europeus, antes livres dessas arboviroses, nos últimos anos têm enfrentado surtos e lutado contra as infestações pelos mosquitos transmissores. Não é diferente no Sul dos Estados Unidos, onde cidades como Miami, Orlando e outras dos Estados da Califórnia e Flórida começam a se mobilizar para combater os casos de dengue e a presença dos mosquitos vetores.

Particularmente nos últimos três anos, o cenário das arboviroses se agravou muito. Favorecida pelo aquecimento global e pelos efeitos do El Niño de alta intensidade, severa epidemia se instalou na cidade de São Paulo em 2024. Foram registrados mais de 620 mil casos da doença e mais de 500 óbitos. **Estimativas da COVISA**, baseadas na metodologia DALY (*Disability-Adjusted Life Years* - Anos de Vida Perdidos e Ajustados por Incapacidade), que é uma medida de saúde global que quantifica a carga de doenças, **apontam para um custo social da ordem de mais de R\$ 5 bilhões pela improdutividade dos enfermos durante o período de convalescença da doença (5 a 15 dias, em média) ou dos anos de produtividade perdidos pelas pessoas que infelizmente foram a óbito por dengue em 2024.** O custo estimado da carga da dengue por paciente em São Paulo foi de R\$ 1.690,20 em 2024. Na realidade, esses custos são mais elevados, porque os cálculos não levam em consideração os gastos com atendimento médico, medicações fornecidas aos pacientes e demais custos operacionais com acolhimento e hidratação. Na prática, não seria exagero estimar que o custo por paciente de dengue deva ser da ordem de R\$ 3.000. Além disso, há o custo incalculável e irreparável das vidas perdidas. Não se pode admitir mais de 500 óbitos por uma doença prevenível. Atualmente, em um ano não epidêmico, como 2025, são esperados de 50 a 100 mil casos de dengue na cidade, o que totalizaria uma carga social entre R\$ 150 e 300 milhões.

Ao longo dos mais de 25 anos que a cidade de São Paulo faz o enfrentamento das epidemias de dengue, o padrão de transmissão dessa doença já ficou bem conhecido

pela COVISA. Sabe-se que a partir de alguns casos confirmados, casos índice, há uma alta probabilidade de disseminação da doença para os familiares e moradores vizinhos. Isso acontece porque o mosquito vetor, *Aedes aegypti*, é um animal de hábitos antropofílicos e antropofágioccos (tem preferência por estar próximo aos seres humanos e em sugar o sangue deles) e que tem a sua área de vida (*home range*) não muito distante dos criadouros de onde eles nascem. Estudos científicos registram que raramente os *Aedes aegypti* se deslocam mais do que 100 metros radialmente das imediações das casas onde nasceram; excepcionalmente, podem se deslocar mais de 200 metros. Mas isso só ocorre quando as ofertas de recursos, como pontos de oviposição e oferta de alimento ou repasto sanguíneo, se escasseiam. Em São Paulo, dada a alta densidade populacional, é improvável que esses mosquitos precisem se deslocar mais do que 100 metros a partir dos locais de eclosão dos ovos.

Diante dessas evidências e das dificuldades naturais de se controlar as populações de mosquitos *Aedes aegypti* e, conseqüentemente, de se controlar as arboviroses transmitidas por eles, a COVISA elaborou uma estratégia fundamentada na proteção dos pacientes com resultados confirmados de dengue (ou suspeitos ou confirmados de Chikungunya ou Zika). Essa estratégia consiste em fornecer para cada paciente com resultado de diagnóstico ou de triagem positivo para dengue atendido em um serviço municipal de saúde um “Kit de autocuidado contra a dengue e outras arboviroses”. O kit será composto por insumos e materiais a serem usados pelo paciente e seus familiares e que têm o objetivo de eliminar os mosquitos *Aedes aegypti* eventualmente infectados da casa dele, bem como, de protegê-los de picadas de mosquitos que possam vir das imediações e reinfestar o ambiente. Além disso, o uso dos insumos e materiais do kit de autocuidado contra a dengue e outras arboviroses objetiva reduzir a exposição do paciente infectado e sintomático, portanto, em viremia, às picadas de mosquitos e, conseqüentemente, reduzir o risco de disseminação das arboviroses a partir deles. Em suma, o kit de autocuidado visa eliminar os mosquitos infectados da casa do paciente e, também, reduzir a exposição do paciente a outros mosquitos que possam infestar a casa dele.

Ao instituir o fornecimento do “Kit de Autocuidado”, a COVISA espera impedir a disseminação do vírus da dengue e das outras arboviroses a partir daqueles pacientes que são sabidamente ou potencialmente reservatórios dos agentes etiológicos no ambiente para os mosquitos infestantes. Se a estratégia funcionar, pois ela dependerá da adesão dos pacientes, **o resultado esperado será a redução da velocidade com que a dengue e outras arboviroses se disseminaram pela cidade nos períodos epidêmicos e a redução da formação de agrupamentos de casos confirmados nas mesmas casas e nas casas vizinhas, reduzindo a velocidade de propagação da doença para todo o bairro.**

O “Kit de Autocuidado” será composto por insumos e materiais que objetivam proteger as pessoas, ou seja, o paciente com dengue ou outras arboviroses e seus familiares e o ambiente de sua residência contra a proliferação e a picada dos mosquitos *Aedes aegypti*. A entrega do kit será obrigatoriamente condicionada ao preenchimento da Ficha de Notificação do caso.

O objetivo é que os componentes do Kit sejam usados pelo paciente e pelos moradores da casa dele durante todo o período de viremia da doença, que tem duração de 5 dias aproximadamente após a data de início dos sintomas. Ao receber o Kit de Autocuidado, o paciente será novamente orientado a permanecer em repouso em sua casa e a evitar deslocamentos desnecessários para outras localidades durante o período de sintomas da doença, que coincide com a viremia.

A análise de custos feita pela COVISA mostrou que o investimento a ser feito no “Kit de Autocuidado contra a Dengue e outras Arboviroses” para atender a um contingente esperado de 100 mil casos notificados, em sua maioria absoluta, casos confirmados de dengue, seria da ordem de R\$ 27,2 milhões em 2026; ou seja, algo em torno de R\$ 2,30 por morador da cidade nesse ano. Enquanto, o custo estimado da carga da dengue nesse mesmo contingente de pacientes (100 mil casos) seria da magnitude de R\$ 154 milhões, considerando apenas os casos detectados pelo sistema de saúde. Se considerarem-se os casos não detectados, esse custo pode até quintuplicar e chegar a mais de R\$ 700 milhões. **Portanto, se o “Kit de Autocuidado contra a Dengue e outras Arboviroses”, minimamente, cumprir com o seu propósito e contribuir para uma redução modesta de apenas 20% da incidência de dengue na cidade, o investimento já será pago; 20% de R\$ 154 milhões são aproximadamente R\$ 31 milhões.**

A despeito de não se esperar nova epidemia de dengue com centenas de milhares de casos, não há nada que indique que o ano de 2027, não terá algumas dezenas de milhares de casos, ainda mais que a entrada de evento El Niño está prevista para o segundo semestre de 2026. Apenas para traçar um paralelo, no ano de 2025, foram registrados mais de 60 mil casos de dengue na cidade. Cenário similar ou pior é esperado para 2027, a considerar as análises dos dados epidemiológicos de 2025 e início de 2026. Em um cenário como esse a adoção do “**Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses**” poderia contribuir, indubitavelmente, para a redução da carga social da doença.

A incorporação do Kit de Autocuidado Contra a Dengue no Programa das Arboviroses da COVISA em hipótese alguma substituirá todas as outras medidas de controle de *Aedes aegypti* já implantadas, sejam aquelas norteadas pelas Diretrizes do Ministério da Saúde, sejam aquelas complementares adotadas pela própria municipalidade. A incorporação do Kit de autocuidado se somará a essas estratégias na expectativa de aumento do sucesso no combate às arboviroses na cidade e de sua carga social.

A aquisição dos itens correlatos ao “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e Outras Arboviroses” visa suprir a rede de Atenção Básica de Saúde e a Vigilância em Saúde com insumos eficazes contra o *Aedes aegypti* para serem usados em suas campanhas de controle das arboviroses. Os inseticidas em microgotas e o larvicida à base de polidimetilsiloxano visam ampliar o conjunto de “ferramentas” de controle de mosquitos vetores disponíveis para as atividades de rotina dos Agentes Comunitários e de Endemias da Vigilância em Saúde da Cidade. O larvicida, inclusive, por não ser um produto classificado como desinfestante domissanitário pela ANVISA (ele é dispensado de registro sanitário), poderia ser usado até

pelas equipes da Estratégia da Saúde da Família em situações de forças-tarefa ou mesmo na rotina da Estratégia Complementar Todos Contra a Dengue.

Em resumo, o registro desta ATA de RP se destina a fornecer insumos e materiais que permitam:

1. Ao próprio paciente adotar medidas de controle e prevenção de infestação de mosquitos em sua casa;
2. Ao próprio paciente adotar medidas que reduzam a sua exposição e a de seus familiares às picadas de mosquitos *Aedes aegypti* e consequentemente à incidência dessas doenças;
3. Reduzir a chance de disseminação de arbovírus na sua vizinhança e comunidade nas imediações dos pacientes que receberam e usaram o Kit de Autocuidado;
4. Reduzir a formação de agrupamentos e a transmissão entre vizinhos de arboviroses;
5. Reduzir a incidência geral de arboviroses na cidade de São Paulo a taxa de pelo menos 20% em relação ao número de casos esperados para 2027, entre 50 e 100 mil casos.
6. Garantir acesso a material informativo e educativo de engajamento social contra as arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*.
7. Dispor de mais ferramentas e insumos capazes de serem usados pelas equipes da Atenção Básica e da Vigilância em Saúde no combate às arboviroses na cidade de São Paulo.
8. Finalmente, reduzir a carga social da dengue sobre a população paulistana e prevenir óbitos. No Brasil, em média, para cada mil casos de dengue é esperado um óbito. Então, se o “Kit de Autocuidado” reduzir em 20 mil o número de casos de dengue na cidade em um ano, serão 20 óbitos evitados! Quanto valem essas vidas?

3. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS LICITADOS EM FORMA DE KIT:

3.1 Tomando por regra a especificidade do objeto, a justificativa apresentada no Termo de Referência e os princípios da economicidade e eficiência na administração pública, todos os itens que compõe o **KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES** serão licitados em forma de agrupamento (kit único) a ser fornecido por um único fornecedor, empresa vencedora do certame. Desta feita, serão licitados em lote único os Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, conforme especificado no Objeto.

3.2 O agrupamento desses itens em lote único levou em consideração questões técnicas e logísticas para a entrega à população, bem como o ganho de economia em escala, sem prejuízo da ampla competitividade, uma vez que todos os itens que compõe o Kit de Autocuidado Contra a Dengue e Outras Arboviroses, com exceção do item Cartilha Informativa, que ficará a cargo de produção pela empresa vencedora do certame, são produtos de venda livre no mercado nacional e passíveis de aquisição e fornecimento por qualquer licitante.

3.3 O agrupamento desses itens em forma de kit permite ainda alcançar maior economia de escala no processo de licitação, uma vez que a somatória dos produtos se traduz em aumento de quantidades a serem fornecidas, o que leva, consequentemente, à redução de preços a serem pagos e tem como resultado maior vantajosidade para a administração municipal.

3.4 A eventual divisão do kit em produtos individuais poderia comprometer a estratégia de controle das arboviroses a ser posta em prática, porque na eventualidade de um produto fracassar ou de um fornecedor desistir ou atrasar a entrega, comprometeria todo o protocolo a ser instituído pela Secretaria Municipal da Saúde de fornecimento do “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses”. Desta feita, ressalta-se que não é possível o parcelamento ou a divisibilidade em razão da própria natureza do objeto.

3.5 Por fim, resta claro que o agrupamento dos produtos em forma de kit é medida que se impõe, considerando ser estritamente necessária para garantir o fornecimento dos insumos e materiais em kit único, resguardando a garantia em tempo e condições oportunas para se fazer o enfrentamento das arboviroses.

4. DAS QUANTIDADES TOTAIS DOS ITENS A SEREM LICITADOS NESTE CERTAME

4.1 No Quadro 1, são descritos os itens a serem licitados e suas respectivas quantidades totais. As quantidades foram definidas com base em estudos de previsão de casos de dengue esperados pela COVISA em 2027. As quantidades de “Kit de Autocuidado” desta ATA de RP visam atender a todos os pacientes com resultado confirmado para dengue ou com notificação para Chikungunya ou Zika (suspeitos ou confirmados) e atendidos nos serviços municipais de saúde de São Paulo e as quantidades dos demais itens a atender ao contingente de Bloqueios de Controle de Criadouros capazes de serem realizados pelas equipes de Agentes Comunitários e de Endemias do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.

Quadro 1 – Descrição resumida de cada item e suas respectivas quantidades a serem licitadas para compor o “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses” e de insumos correlatos para atender à demanda de pacientes com dengue confirmada, Chikungunya ou Zika, suspeitos ou confirmados, na Cidade de São Paulo em 2026.

	Item	Descrição resumida	Unidade	CMM (Consumo Médio Mensal)	CMA (Consumo Médio Anual)	Código SUPRI
LOTE Itens 01 a 06 (Kit Autocuidado Dengue)	Item 1	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	16.666,6666	200.000	11.080.011.004.0001-8
	Item 2	Repelente de insetos para pele para adultos e crianças de uso tópico e formulação em loção que garanta a proteção contra mosquitos <i>Aedes aegypti</i>	frasco			
	Item 3	Repelente para aplicação em tecidos acondicionado em frasco para micropulverização, com registro na ANVISA para Venda Livre, eficaz contra mosquitos e com indicação de uso para adultos, crianças e gestantes.	frasco			
	Item 4	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .	frasco			

	Item 5	Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado contra a dengue e sobre as medidas de engajamento social para o combate às arboviroses transmitidas pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>”. A cartilha deverá ser impressa em papel de qualidade e com figuras coloridas.	Unidade			
	Item 6	Envelope de Segurança, inviolável, com parte interna revestida de Plástico Bolha produzido em polietileno coextrusado em 3 camadas, medindo aproximadamente 25 cm x 35 cm.	Unidade			
	Item 7	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	8.333,3333	100.000	51.195.003.002.0061-8
	Item 08	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i>.	frasco	8.333,3333	100.000	11.064.010.061.0107-8
	Item 09	Pote de larvicida biológico <i>Bacillus thuringiensis</i> variedade <i>israelensis</i> (Bti) com três tablets para a aplicação em criadouros de pequeno volume de água e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>.	pote / frasco	16.666,6666	200.000	11.064.010.061.0108-6

5. DAS QUANTIDADES DOS ITENS QUE COMPÕE CADA “KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES”

5.1 Cada “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses” (Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06) a ser fornecido para ser entregue a um paciente deverá ser composto conforme consta no Quadro 2:

Quadro 2 – Descrição resumida e quantidade de produto que deverá compor uma unidade do “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses” para ser entregue a cada paciente da Cidade de São Paulo em 2026.

Produto / ITEM	Descrição resumida	Unidade	Quantidade por Kit
01	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	Frasco	1 (um)
02	Repelente de insetos para pele para adultos e crianças de uso tópico e formulação em loção que garanta a proteção contra mosquitos <i>Aedes aegypti</i>	Frasco	1 (um)
03	Repelente para aplicação em tecidos acondicionado em frasco para micropulverização, com registro na ANVISA para Venda Livre, eficaz contra mosquitos e com indicação de uso para adultos, crianças e gestantes.	Frasco	1 (um)
04	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes Aegypti</i> .	Frasco	1 (um)
05	Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado contra a dengue e sobre as medidas de engajamento social para o combate às arboviroses transmitidas pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>” . A cartilha deverá ser impressa em papel de qualidade e com figuras coloridas.	Unidade	1 (uma)
06	Envelope de Segurança, inviolável, com parte interna revestida de Plástico Bolha produzido em polietileno coextrusado em 3 camadas, medindo aproximadamente 25 cm x 35 cm.	Unidade	1 (uma)

5.2 As quantidades do objeto a serem fornecidas pela contratada serão informadas em unidades de “Kit de Autocuidado Contra a Dengue e outras Arboviroses”. Sendo assim, a cada entrega, deverão ser fornecidas as quantidades de Kits solicitadas, compostas pelos itens especificados no Quadro 2.

5.3 Todos os produtos que compõem o kit deverão vir acondicionados em suas embalagens primárias originais e não violadas. Quando o produto tiver embalagem secundária individual, ele deverá vir acondicionado nela e acompanhado de seu respectivo manual do usuário ou de instrução.

5.4 Na eventualidade de serem entregues kits em desacordo com o exigido no Quadro 2, a contratada fica obrigada a efetuar a troca, substituição, complementação ou reposição, sem ônus à contratante, não eximindo-se de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

5.5 Os kits deverão ser entregues acondicionados em “caixa de papelão, e **com a identificação visual informada pela Secretaria Municipal da Saúde**”. A caixa deverá ser adequadamente dimensionada para acomodar 20 kits devidamente embalados nos envelopes descritos no Quadro 2.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE CADA ITEM E PRODUTO QUE COMPÕE ESTE EDITAL

Dos ITEM 01 e ITEM 07

DA ESPECIFICAÇÃO: INSETICIDA EM MICRODOSES COM GOTAS HOMOGÊNEAS PRODUZIDAS POR MICROPARTÍCULAS MAGNETIZADAS PARA USO EM ÁREAS INTERNAS E COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA PARA VENDA LIVRE E EFICAZ CONTRA *Aedes aegypti*:

Da Descrição do Item: frasco inseticida para a aplicação em microdoses, com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas, caracterizado por ser do tipo “One Push”, ou seja, com um único acionamento, formulado com ingrediente ativo do grupo dos piretróides em solvente hidrocarboneto, capaz de gerar partículas no ar ambiente com cerca de 70% das gotas

com diâmetros $\leq 0,15 \mu\text{m}$, correspondendo a uma dose de 500 a 800 mg da composição aplicada em cada 5 m³ de área tratada. As micropartículas magnetizadas liberadas devem se espalhar rapidamente e de maneira uniforme pelo ambiente, permanecendo por um longo período em suspensão no ar, garantindo que o produto fique ativo por horas. As micropartículas liberadas devem ser magnetizadas, fazendo com que elas sejam atraídas pelo movimento dos mosquitos, eliminando até mesmo os mosquitos escondidos para a digestão dos repastos sanguíneos. As partículas micrométricas produzidas devem ter um peso equilibrado em relação à densidade do ar atmosférico. O sistema de microdoses deve garantir que a cada acionamento do frasco inseticida sejam liberadas doses muitas vezes menores que as dos frascos inseticidas convencionais (até 20 vezes menos dose de ativo e gás propelente por área), fazendo com que a aplicação seja mais segura para as pessoas e o ambiente e as gotas geradas sejam mais prováveis de aderir ao corpo e serem respiradas pelos mosquitos.

a) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. O produto deve vir acondicionado em frasco de aplicação com sistema “One Push” e volume do frasco de 200 a 250 ml por embalagem primária. Outro sistema de aplicação poderá ser aceito, desde que comprovado que produza aplicações em micropartículas magnetizadas, de tamanho homogêneo, que permaneçam em suspensão por horas no ambiente e que atendam às demais exigências deste Termo de Referência.
- ii. O inseticida deve ser formulado com ingrediente ativo Transflutrina na composição de 0,6% p/p em solvente hidrocarboneto. Outros ativos do grupo dos piretroides, ou associação de piretroides com outros compostos, exceto organofosforados e carbamatos, poderão ser aceitos, desde que comprovado que o produto atenda a todas as demais exigências deste Termo de Referência.
- iii. O produto deve ter eficácia comprovada contra mosquitos da espécie *Aedes aegypti* e esta informação deve constar no rótulo do produto.
- iv. O produto deve ter validade mínima de dois anos a partir da data de fabricação.
- v. O produto deve estar regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contendo número de registro ou processo em embalagem primária e ter a especificação de registro como de Classe Terapêutica: INSETICIDA DE VENDA LIVRE.

b) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. Cada frasco inseticida deverá vir acondicionado em sua embalagem secundária unitária original, sem violação, acompanhada do manual do usuário, ou conforme a praxe do fabricante, e que preserve a integridade do produto até a sua utilização. Se a forma de apresentação não tiver embalagem secundária individual, o produto deverá ser entregue em sua embalagem primária original e inviolada.
- ii. A empresa contratada para o fornecimento independente deste item deverá entregá-lo em sua embalagem primária ou secundária unitária original, acondicionado em embalagem terciária; preferencialmente, caixa de papelão.
 - a. Cada embalagem terciária deverá estar devidamente identificada com o nome do produto, quantidade, CNPJ e nome da empresa fornecedora, sem prejuízo de demais informações pertinentes.

Do ITEM 02

DA ESPECIFICAÇÃO: REPELENTE DE INSETOS PARA PELE PARA ADULTOS E CRIANÇAS DE USO TÓPICO E FORMULAÇÃO EM LOÇÃO QUE GARANTA A PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS *Aedes aegypti*:

Da Descrição do Item: Repelente de mosquitos de uso tópico em forma de loção ou gel, que contenham na sua fórmula uma das seguintes substâncias como princípio ativo: 1) N, N-dietilo-3, metilo benzamida ou N,N-dietilo meta-toluamida (DEET), na concentração entre 10% e 30%; 2) Hydroxyethyl isobutyl piperidine carboxylate (Icaridina ou Picaridina), na concentração entre 20% e 25% ou 3) Ethyl butylacetylaminopropionate (IR3535 ou EBAAP), na concentração entre 10% e 30%. O repelente deve garantir o período mínimo de 4 horas de proteção contra picadas de mosquitos transmissores de doenças, em particular contra a espécie *Aedes aegypti*. O repelente deve ser hipoalergênico, sem perfume ou com fragrância suave, dermatologicamente testado e seguro e não pode ter o uso contraindicado para gestantes.

a) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. O repelente pode ser fornecido em uma das seguintes formas de apresentação: spray, frasco ou bisnaga, contendo de 200 a 250 ml por embalagem primária.

- ii. O produto deve estar regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA contendo número de registro ou processo em embalagem primária.
- iii. O produto deve ter eficácia comprovada contra mosquitos da espécie *Aedes aegypti* e esta informação deve constar no rótulo do produto.
- iv. O produto não pode ter contraindicação de uso para gestantes.
- v. O produto deve ter validade mínima de dois anos a partir da data de fabricação.

b) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. Cada frasco de repelente deverá vir acondicionado em sua embalagem secundária unitária original, sem violação, acompanhada do manual do usuário, ou conforme a praxe do fabricante, e que preserve a integridade do produto até a sua utilização. Se a forma de apresentação não tiver embalagem secundária individual, o produto deverá ser entregue em sua embalagem primária original e inviolada.

Do ITEM 03:

DA ESPECIFICAÇÃO: REPELENTE PARA APLICAÇÃO EM TECIDOS ACONDICIONADO EM FRASCO PARA MICROPULVERIZAÇÃO, COM REGISTRO NA ANVISA, EFICAZ CONTRA MOSQUITOS E COM INDICAÇÃO DE USO PARA ADULTOS, CRIANÇAS E GESTANTES:

Da Descrição do Item: Frasco repelente para a aplicação em tecidos, provido de sistema de micropulverização e formulado com ingrediente ativo do grupo dos piretroides: permetrina 0,5% p/p e excipientes. Deve ter indicação de uso para gestantes, adultos e crianças a partir de 2 meses de idade, garantir 24 horas de repelência contra insetos, não deixar mancha nos tecidos e ter secagem rápida, além de ser sem cheiro ou com odor suave. Deve ter indicação de uso para a aplicação em roupas, cortinas, roupas de cama, mosquiteiros, entre outros.

a) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. O produto deve vir acondicionado em frasco de aplicação com sistema de micropulverização e volume do frasco de 200 a 250 ml por embalagem primária. Outro sistema de aplicação poderá ser aceito, desde que

comprovado que produza distribuição homogênea do produto pelos tecidos e que atenda às demais exigências deste Termo de Referência.

- ii. O repelente para tecidos deve ser formulado com ingrediente ativo permetrina na composição de 0,5% p/p e excipientes 99,5% p/p. Outros ativos do grupo dos piretroides, ou associação de piretroides com outros compostos, exceto organofosforados e carbamatos, poderão ser aceitos, desde que comprovado que o produto atenda a todas as demais exigências deste Termo de Referência.
- iii. O produto deve ter eficácia comprovada contra mosquitos transmissores da dengue, Chikungunya e Zika e esta informação deve constar no rótulo do produto.
- iv. O produto deve ter validade mínima de dois anos a partir da data de fabricação.
- v. O produto deve estar regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contendo número de registro ou processo em embalagem primária e ter a especificação de registro como de Classe Terapêutica: REPELENTE.

b) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. Cada frasco de repelente deverá vir acondicionado em sua embalagem secundária unitária original, sem violação, acompanhada do manual do usuário, ou conforme a praxe do fabricante, e que preserve a integridade do produto até a sua utilização. Se a forma de apresentação não tiver embalagem secundária individual, o produto deverá ser entregue em sua embalagem primária original e inviolada.

Dos ITEM 04 e ITEM 08:

DA ESPECIFICAÇÃO: LARVICIDA À BASE DE POLIDIMETILSILOXANO:

Da Descrição: Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano, na concentração acima de 80%, formulado e identificado em rótulo para combater o desenvolvimento de larvas e pupas do mosquito *Aedes aegypti*. O produto deve garantir intervalo de aplicações de pelo menos 30 dias, quando aplicado segundo as orientações de rótulo. O larvicida deve ser formulado em tecnologia de filme líquido,

que se espalha sobre a superfície da água, impedindo a respiração das larvas e pupas do mosquito *Aedes aegypti*. O produto deve ser formulado para ser aplicado diretamente sobre a água contida nos criadouros de proliferação de *Aedes aegypti*.

a) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. O produto deve vir acondicionado em frasco conta-gotas de 30 ml cada e pronto para uso. Outras formas de apresentação podem ser aceitas, desde que atendam às demais exigências deste Termo de Referência.
- ii. O produto deve ser formulado como larvicida com o princípio ativo à base de polidimetilsiloxano, na concentração acima de 80% e garantir intervalo de aplicações não inferior a 30 dias, além das demais exigências deste Termo de Referência.
- iii. O produto deve ter eficácia comprovada contra mosquitos da espécie *Aedes aegypti* e esta informação deve constar no rótulo do produto.
- iv. O produto deve ter validade mínima de dois anos a partir da data de fabricação.
- v. O produto deve ser dispensado de registro sanitário como desinfestante domissanitário na ANVISA e, portanto, não tóxico.

b) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. Cada frasco de larvicida deverá vir acondicionado em sua embalagem secundária unitária original, sem violação, acompanhada do manual do usuário, ou conforme a praxe do fabricante, e que preserve a integridade do produto até a sua utilização. Se a forma de apresentação não tiver embalagem secundária individual, o produto deverá ser entregue em sua embalagem primária original e inviolada.
- ii. A empresa contratada para o fornecimento independente deste item deverá entregá-lo em sua embalagem primária ou secundária unitária original, acondicionado em embalagem terciária; preferencialmente, caixa de papelão.
 - a. Cada embalagem terciária deverá estar devidamente identificada com o nome do produto, quantidade, CNPJ e nome da empresa fornecedora, sem prejuízo de demais informações pertinentes.

Do ITEM 05:

DA ESPECIFICAÇÃO: CARTILHA DE ORIENTAÇÕES DE USO DO “KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E SOBRE AS MEDIDAS DE ENGAJAMENTO SOCIAL PARA O COMBATE ÀS ARBOVIROSES TRANSMITIDAS PELO MOSQUITO *Aedes aegypti*”:

Da Descrição: Cartilha de orientações de uso do “**Kit de Autocuidado Contra a Dengue e Sobre as Medidas de Engajamento Social para o Combate às Arboviroses Transmitidas pelo Mosquito *Aedes aegypti***”. A cartilha deverá ser impressa em papel Offset branco, garantindo boa legibilidade dos textos e adequada reprodução de imagens e elementos gráficos. O miolo deverá ser impresso em papel Offset branco 75 g/m², e a capa e contracapa em papel Offset branco 150 g/m² ou gramatura equivalente que garanta maior resistência ao manuseio. A cartilha deverá possuir boa definição de impressão, garantindo qualidade visual e legibilidade das informações apresentadas. O formato final fechado deverá ser de aproximadamente 15 cm x 21 cm, equivalente ao formato padrão A5, podendo sofrer pequenas variações conforme o processo produtivo gráfico. O formato aberto deverá ser de aproximadamente 300 mm x 210 mm. A quantidade de páginas deverá ser definida conforme a arte final do material, incluindo capa, miolo e contracapa. A cartilha deverá conter textos e elementos gráficos coloridos, além de textos em preto, sendo a impressão realizada em frente e verso (4x4 cores – CMYK). As páginas do miolo deverão possuir fundo branco e a capa e contracapa deverão ser coloridas, conforme layout aprovado. Os textos deverão ser convertidos em curvas (Outlines) e, quando aplicável, utilizar preto puro (100% K). As imagens e elementos gráficos deverão possuir resolução mínima de 300 DPI, garantindo qualidade adequada de impressão.

a) A produção gráfica deve seguir essas especificações resumidas:

Arquivo para impressão gráfica em papel Offset, miolo 75 g/m² e capa 150 g/m², formato final aproximado 15 x 21 cm, padrão PDF/X-1a, cores em CMYK, resolução mínima de 300 DPI, sangria mínima de 3 mm e textos convertidos em curvas.

b) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. A impressão deverá ser realizada em processo offset, podendo utilizar máquinas offset planas ou rotativas, conforme capacidade técnica da gráfica.
- ii. O material deverá ser impresso em frente e verso.
- iii. O acabamento deverá ser realizado por grampo tipo canoa (2 grampos) ou colagem no dorso, conforme processo produtivo da gráfica.

- iv. As cartilhas deverão apresentar bom acabamento, com corte refilado e montagem adequada.
- v. O produto deve ser durável e resistente ao manuseio contínuo, sem descolar folhas ou apagar as imagens e textos em decorrência do uso.
- vi. O produto deve atender a todas as normas nacionais de boas práticas de produção e de qualidade para a finalidade especificada.
- vii. Uma versão digital de referência do modelo de cartilha será enviada para a licitante para que esta edite, configure e imprima as unidades solicitadas. É facultado à licitante propor melhorias e ajustes no modelo proposto.
- viii. A contratante reserva-se o direito de alterar o layout e o texto da cartilha a qualquer tempo, mantendo-se os padrões gráficos aqui descritos, bem como o número de páginas; tendo a licitante que produzir as triagens solicitadas a cada ordem de fornecimento conforme o modelo informado no ato do acionamento da ATA de RP.
- ix. A cada acionamento da ATA de RP, a licitante deverá enviar um exemplar prévio da cartilha para a aprovação da contratante. Apenas após a aprovação, a licitante poderá imprimir a triagem solicitada.

a) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. O produto poderá vir acondicionado direto no Kit de Autocuidado, sem embalagem primária. A critério do licitante, o produto poderá vir acondicionado em embalagem primária.

Do ITEM 06:

DA ESPECIFICAÇÃO: ENVELOPE DE SEGURANÇA, REVISTIDO INTERNAMENTE COM PLÁSTICO BOLHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 25CMX35CM QUE CAIBA TODOS OS ITENS DO KIT:

Da Descrição: Envelope de segurança, medindo aproximadamente 25 x 35, com as seguintes características mínimas: para o envio dos kits que necessitam de segurança e mantenha a integridade dos produtos. Produzido em polietileno coextrusado, com interior revestido de plástico bolha e de acordo com a arte fornecida pela contratada após conclusão do certame. Principais características: Fabricado em polietileno

coextrusado com 0,10 mm de espessura (0,05 mm por parede); Aplicação de adesivo Hotmelt de alta qualidade na aba do envelope para garantir sua inviolabilidade; material altamente resistente a rasgos e rupturas.

- i. Do layout gráfico do envelope de segurança. O envelope de segurança deve atender ao padrão mostrado na Figura 1. As réguas das artes finais para a confecção dos envelopes serão enviadas pela contratante à Contratada após a conclusão do certame.
- ii. Uma versão digital de referência dos logotipos e texto a ser impresso nos envelopes será enviada para a licitante para que esta edite, configure e produza as cotas solicitadas de kits. É facultado à licitante propor melhorias e ajustes no modelo proposto.
- iii. A contratante reserva-se o direito de alterar as logomarcas e os textos a serem impressos a qualquer tempo, mantendo-se a dimensão, os padrões estruturais e gráficos; tendo a licitante que produzir as triagens solicitadas a cada ordem de fornecimento conforme o modelo informado no ato do acionamento da ATA de RP.
- iv. A cada acionamento da ATA de RP, se solicitada, a licitante deverá enviar um exemplar prévio do envelope para a aprovação da contratante. Apenas após a aprovação, a licitante poderá produzir a triagem solicitada.



Figura 1 – Imagem meramente ilustrativa para servir de modelo para arte final dos envelopes. A arte final será fornecida pela Contratante após conclusão do certame.

Do ITEM 09:

DA ESPECIFICAÇÃO: POTE DE LARVICIDA BIOLÓGICO *Bacillus thuringiensis* VARIEDADE *israelensis* (Bti) COM TRÊS TABLETES PARA A APLICAÇÃO EM CRIADOUROS DE PEQUENO VOLUME DE ÁGUA E COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA PARA VENDA LIVRE E EFICAZ CONTRA *Aedes aegypti*:

Da Descrição: Pote ou frasco de larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* variedade *israelensis*, na concentração de 23,5% de componente ativo e 76,5% de aglutinantes, diluentes e inertes, com potência não inferior a 2.000 UTI/mg e formulado em tabletes (Bti DT 50), com três tabletes por pote. Cada tablete deve ter a capacidade para tratar recipientes com até 50 litros de água. Os tablets devem ser sulcados na sua porção mediana, para permitir a divisão em duas partes e cada parte ser indicada para o tratamento de recipientes com até 5 litros de água. O produto deve garantir intervalo de aplicações de pelo menos 30 dias, quando aplicado segundo as orientações de rótulo. O produto deve ser de venda livre, para que possa ser distribuído à população.

a) Especificamente, o produto deve atender ainda às seguintes exigências:

- i. O produto deve vir acondicionado em pote ou frasco com 03 tabletes cada.
- ii. O produto deve ser formulado com larvicida biológico *Bacillus thuringiensis* subespécie *israelensis*, Cepa S86, na concentração de 23,5% de componente ativo e 76,5% de aglutinantes, diluentes e inertes e com potência não inferior a 2.000 UTI/mg. Outras cepas e concentrações do ingrediente ativo podem ser aceitas, desde que atendam à potência mínima exigida de 2.000 Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama (UTI/mg) e ao intervalo de aplicações não inferior a 30 dias; além das demais exigências deste Termo de Referência.
- iii. O produto deve ter eficácia comprovada contra mosquitos da espécie *Aedes aegypti* e esta informação deve constar no rótulo do produto.
- iv. O produto deve ter validade mínima de dois anos a partir da data de fabricação.
- v. O produto deve estar regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contendo número de registro ou processo em embalagem primária e ter a especificação de registro como de Classe Terapêutica: INSETICIDA DE VENDA LIVRE.

b) Da forma de acondicionamento do produto:

- i. Cada pote ou frasco de larvicida deverá vir acondicionado em sua embalagem secundária unitária original, sem violação, acompanhada do manual do usuário, ou conforme a praxe do fabricante, e que preserve a integridade do produto até a sua utilização. Se a forma de apresentação não tiver embalagem secundária individual, o produto deverá ser entregue em sua embalagem primária original e inviolada.
- ii. A empresa contratada para o fornecimento independente deste item deverá entregá-lo em sua embalagem primária ou secundária unitária original, acondicionado em embalagem terciária; preferencialmente, caixa de papelão.
 - a. Cada embalagem terciária deverá estar devidamente identificada com o nome do produto, quantidade, CNPJ e nome da empresa fornecedora, sem prejuízo de demais informações pertinentes.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS CONTRATADAS

7.1.1 Dar Assistência Técnica à CONTRATANTE

- a) Cada empresa CONTRATADA para o fornecimento de cada item objeto deste Edital deverá prestar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, assistência técnica durante toda a vigência do contrato. A assistência técnica deverá incluir, no mínimo:
 - i. Ter equipe de pós-venda, com atendimento em horário comercial, apta a esclarecer dúvidas que possam surgir durante a vigência do contrato em relação ao item contratado;
 - ii. Ter técnico qualificado para orientar e apoiar a correta utilização do item contrato em campo, visando o obter os melhores métodos e práticas de aplicação do equipamento ou insumo adquirido.
- b) Dar garantia dos produtos fornecidos, nos termos da lei (Código de Defesa do Consumidor), fazendo a reposição imediata (em até 5 dias úteis) de produto ou de suas partes que venham faltantes, com avarias ou vício de fabricação. A reposição não exime a CONTRATADA das penalidades previstas em contrato.
 - i. Dispor de, ao menos, a participação de um profissional qualificado para capacitar até seis turmas de 60 (sessenta) participantes cada no uso do produto fornecido:
 - i. Cada capacitação deverá ter até 04 (quatro) horas de carga horária por turma;

- ii. As capacitações deverão ocorrer em datas, turno e local informados pela CONTRATANTE. As capacitações sempre ocorrerão em horário comercial;
- iii. A CONTRATADA deverá dispor de material didático na forma impressa e em mídia digital a ser entregue aos participantes;
- iv. O conteúdo programático de cada capacitação será acordado entre CONTRATANTE e CONTRATADA e versará exclusivamente sobre o produto fornecido, sua forma de uso, guarda, avaliação e demais assuntos pertinentes ao produto;
- v. A CONTRANTE poderá solicitar à CONTRATADA capacitação de formação de multiplicadores para dar continuidade em agenda de capacitações continuadas.

8 DA GARANTIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS

- 8.1 A empresa CONTRATADA para o fornecimento de cada item deste Edital deverá dar garantia contra vícios e defeitos de fabricação pelo período mínimo de um ano, a contar da data de entrega.
- 8.2 A CONTRATADA deverá garantir a troca, reposição, complementação ou substituição do produto, exclusivamente às suas expensas o que inclui fretes de entrega e retirada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de notificação pela CONTRATANTE.
- 8.3 A garantia do produto não isenta a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, podendo a CONTRATADA ser penalizada.
- 8.4 A empresa contratada deverá fornecer um canal de atendimento para a abertura de chamados de garantia, permitindo a consulta e o acompanhamento posterior da situação dessas solicitações.

9 DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 9.1 O prazo de entrega será de no máximo de 30 dias corridos a contar da data de retirada da Ordem de Fornecimento pela empresa CONTRATADA:
- 9.2 As quantidades e os volumes de entrega serão definidos pela contratante no ato da emissão da Ordem de Fornecimento.

- 9.3 O volume de entrega não excederá o limite de sete entregas concomitantes, podendo ser cada uma em um endereço distinto dentro da cidade de São Paulo.
- 9.4 Os itens objeto desta contratação deverá ser entregues no seguinte endereço na Cidade de São Paulo:

Centro de Distribuição de Medicamentos e Correlatos (CDMEC)

Endereço: Avenida Jaguaré nº 818 – Jaguaré CEP: 05346-000

Telefones: (11) 3572-1752

E-mail: agendamento.sms.sao@consorciomedsp.com

- 9.5 A critério da contratante, durante a vigência do contrato, o endereço de entrega poderá sofrer alterações, com inclusões, exclusões ou substituições, sem exceder os limites geográficos legais do município de São Paulo.
- 9.6 Se a CONTRATADA não acusar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de um dia útil a partir da data de envio da mesma por e-mail, a CONTRATANTE assumirá que houve o aceite do fornecimento por parte da CONTRATADA, e dará início à contagem do prazo de entrega do produto licitado.
- 9.7 Todos os itens licitados deverão ser entregues em caixas de papelão resistentes e devidamente fechadas e identificadas com a descrição do item, ou de suas partes. Cada embalagem deve conter de forma legível e indelével as seguintes informações sobre o produto: quantidade, dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade ou prazo de validade, formas de guarda e armazenamento.
- 9.8 No caso de constatação de irregularidades nos produtos entregues, a empresa vencedora do certame deverá substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto ofertado.
- 9.9 Na Nota Fiscal deve estar discriminada para cada número do lote, o nome do produto, a data de validade e a quantidade do produto entregue, sem prejuízo de outras informações.
- 9.10 As condições detalhadas de prazo, logística de entrega, conferência, aceitação, eventual recusa e substituição dos produtos deverão observar o disposto no instrumento convocatório, incluindo a obrigatoriedade de acompanhamento por representante da contratada no ato da entrega, quando aplicável.**

10 DAS EXIGÊNCIAS PARA A HABILITAÇÃO DA EMPRESA

- 10.1 Deverá ser apresentada a Ficha Técnica com todas as especificações dos produtos e itens ofertados;
- 10.2 Deverá ser comprovado que os produtos e itens ofertados tem prazo de validade não inferior a 2 anos, sempre que exigido prazo de validade;
- 10.3 Para todos os produtos ou itens em que na Descrição (Cláusula 6) for exigido registro na ANVISA, deverá ser apresentado o registro válido no Ministério da Saúde. O produto deverá estar em conformidade com a Resolução RDC no 34, de 16 de agosto de 2010.
- 10.4 Poderá ser requisitada, a critério da CONTRATANTE, amostras dos produtos licitados, que deverão ser apresentadas na embalagem original, invioladas e perfeitamente identificadas.
- 10.5 A licitante vencedora para cada item objeto deste Edital, deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica para comprovação de capacitação de fornecimento de produtos para combate à dengue, podendo ser insumos, inseticidas, equipamentos ou outros similares. A licitante deve comprovar capacidade igual ou superior a 10% do valor total estimado.
- 10.6 A empresa vencedora do certame, no âmbito da habilitação, deverá apresentar, quando aplicável aos Itens que sejam saneantes e produtos para a saúde: a) comprovação de regularidade quanto à Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE); b) Licença de Funcionamento ou documento equivalente, nos termos do art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

ANEXO – II - MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6018.2026/0021775-6

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90468/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.

A empresa, estabelecida na (**endereço completo, telefone e endereço eletrônico**), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, RG....., CPF....., propõe fornecer à Secretaria Municipal da Saúde, em estrito cumprimento ao previsto no Edital da licitação em epígrafe, por meio de Ata de Registro de Preços, o(s) produto(s) conforme abaixo discriminado:

	Item	Descrição resumida	Marca, Fabricante, procedência, Registro	Quantidade Estimada (CMA)	Preço Unitário	Total Estimado
LOTE (Kit Autocuidado Dengue)	Item 1	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	200.000		
	Item 2	Repelente de insetos para pele para adultos e crianças de uso tópico e formulação em loção que garanta a proteção contra mosquitos <i>Aedes aegypti</i>	frasco	200.000		

	Item 3	Repelente para aplicação em tecidos acondicionado em frasco para micropulverização, com registro na ANVISA para Venda Livre, eficaz contra mosquitos e com indicação de uso para adultos, crianças e gestantes.	frasco	200.000		
	Item 4	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .	frasco	200.000		
	Item 5	Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado contra a dengue e sobre as medidas de engajamento social para o combate às arboviroses transmitidas pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>”. A cartilha deverá ser impressa em papel de qualidade e com figuras coloridas.	Unidade	200.000		
	Item 6	Envelope de Segurança, inviolável, com parte interna revestida de Plástico Bolha produzido em polietileno coextrusado em 3 camadas, medindo aproximadamente 25 cm x 35 cm.	Unidade	200.000		

Preço Unitário por Kit de Autocuidado Dengue

Preço Total Estimado do LOTE

R\$

R\$

Item 7	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	100.000		
Item 08	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .	frasco	100.000		
Item 09	Pote de larvicida biológico <i>Bacillus thuringiensis</i> variedade <i>israelensis</i> (Bti) com três tablets para a aplicação em criadouros de pequeno volume de água e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i> .	pote / frasco	200.000		

Total desta Proposta: R\$

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. **PRAZO ENTREGA:** 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento pela detentora de cada ordem de fornecimento
02. **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO**.
03. **DADOS BANCÁRIOS:** (Nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento)

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integram o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

Local do Estabelecimento, ____ de _____ de 2026

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

ANEXO III – MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6018.2026/0021775-6**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90468/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Local do Estabelecimento, _____ de _____ de 2026.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo:

CPF:

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS
COM A FAZENDA DA PMSP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6018.2026/0021775-6**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90468/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Local do Estabelecimento, ____ de _____ de 2026.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo:

CPF:

ANEXO V – PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6018.2026/0021775-6**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90468/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**

ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral – LG, conforme justificativa no ANEXO V.1

ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZAVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Corrente – Índice Maior Ou Igual A 1,00

Solvência Geral – Índice Maior Ou Igual A 1,00

Liquidez Geral – Índice Maior Ou Igual A 1,00

ANEXO V.1 – JUSTIFICATIVA DOS PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO



Secretaria Municipal da Saúde - SMS
 Coordenadoria de Finanças e Orçamento – CFO/SMS-G
 Rua General Jardim, nº36 – 9º andar – Vila Buarque – São Paulo- SP

Fls. nº 457

Do Processo nº 2013-0.161.594-0

Em 11/08/2015

Ass)


 Cláudia de Almeida
 R. 11/08/2015
 CFO/SMS-G

Interessado: SMS-3/ SMS - AJ

Assunto: Padronização de Editais de Pregão

SMS - AJ

Senhor Chefe de Assessoria,

De ordem da Coordenadora da CFO/ SMS, e em atenção ao contido às fls. 456, temos a informar que segundo a Lei 8666/93 art.31 §5 e a Lei Federal 11941 de 27/05/2009 que alterou em seu artigo 37 a Lei Federal 6404/76, principalmente os artigos 177, 178 e 180, a boa situação da empresa poderá ser identificada através dos índices contábeis, mas deverão estar previstos e devidamente justificados no edital do processo administrativo.

Os índices contábeis avaliam através das informações do balanço patrimonial da entidade a capacidade de pagamento levando em consideração as suas obrigações. Em relação aos índices de solvência são utilizados todos os itens do Ativo da empresa e as obrigações a curto e a longo prazo.

O índice de liquidez geral avalia a situação da empresa utilizando os direitos e as obrigações em longo prazo. O índice de liquidez corrente utiliza os itens dos direitos (Ativo Circulante) e obrigações (Passivo Circulante) a curto prazo da empresa.

Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante).

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

Índice de Solvência = Ativo Total/ Passivo Circulante + Exigível a longo prazo.

Para comprovação da boa situação financeira da empresa, os resultados dos Índices de Liquidez Geral e Corrente, e o Índice de Solvência deverão ser maiores que 1, sendo que quanto maior, melhor a situação financeira.





Secretaria Municipal da Saúde - SMS
 Coordenadoria de Finanças e Orçamento - CFO/SMS-G
 Rua General Jardim, nº36 - 9º andar - Vila Buarque - São Paulo- SP

Fls. nº 458

Do Processo nº 2013-0.161.594-0

Em 11/08/2015

Ass)

Cláudia de Jesus Martins
 R.F. 124-7
 CFO/SMS.G

Em contraposição, se os valores forem iguais a 1, a empresa utiliza todo ativo para liquidar o passivo, sem a garantia se poderá se responsabilizar com novas obrigações. E menores que 1, as obrigações são maiores que os bens e direitos, ou seja, não conseguiriam quitar todas suas obrigações se necessário.

Os Índices aqui apresentados demonstram a situação da empresa perante as suas obrigações para com os seus direitos, avaliando assim se a empresa poderá aumentar as suas novas obrigações, de maneira que o ativo ainda seja maior que o seu passivo, ou seja, que ainda seja maior que 1 com novas obrigações.

Acompanha 01 volume.

São Paulo, 11 de agosto de 2015.

Donato José Mellone
 Economista
 CFO/SMS.G

 /com



ANEXO – VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOPROCESSO ADMINISTRATIVO: **6018.2026/0021775-6**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90468/2026**OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**

Aos dias do mês de do ano dois mil e vinte....., no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representado pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, Senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa, CNPJ nº com sede na nº, bairro, cidade, telefone, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor., RG, CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face o despacho proferido no **processo nº 6018.2026/0021775-6**, publicado no DOC/SP de XX/XX/2026, página XX, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90468/2026/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

2.1.1 Item 01: (descrever objeto) – R\$

2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

4.2 O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

- 5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

	Item	Descrição resumida	Unidade	CMM (Consumo Médio Mensal)	CMA (Consumo Médio Anual)	Código SUPRI
LOTE Itens 01 a 06 (Kit Autocuidado Dengue)	Item 1	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	16.666,6666	200.000	11.080.011.004.0001-8
	Item 2	Repelente de insetos para pele para adultos e crianças de uso tópico e formulação em loção que garanta a proteção contra mosquitos <i>Aedes aegypti</i>	frasco			
	Item 3	Repelente para aplicação em tecidos acondicionado em frasco para micropulverização, com registro na ANVISA para Venda Livre, eficaz contra mosquitos e com indicação de uso para adultos, crianças e gestantes.	frasco			
	Item 4	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .	frasco			

	Item 5	Cartilha de orientações de uso do “Kit de autocuidado contra a dengue e sobre as medidas de engajamento social para o combate às arboviroses transmitidas pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i>”. A cartilha deverá ser impressa em papel de qualidade e com figuras coloridas.	Unidade			
	Item 6	Envelope de Segurança, inviolável, com parte interna revestida de Plástico Bolha produzido em polietileno coextrusado em 3 camadas, medindo aproximadamente 25 cm x 35 cm.	Unidade			
	Item 7	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>	frasco	8.333,3333	100.000	51.195.003.002.0061-8
	Item 08	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito <i>Aedes aegypti</i>.	frasco	8.333,3333	100.000	11.064.010.061.0107-8
	Item 09	Pote de larvicida biológico <i>Bacillus thuringiensis</i> variedade <i>israelensis</i> (Bti) com três tablets para a aplicação em criadouros de pequeno volume de água e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra <i>Aedes aegypti</i>.	pote / frasco	16.666,6666	200.000	11.064.010.061.0108-6

5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no seguinte endereço:

Centro de Distribuição de Medicamentos e Correlatos (CDMEC)

Endereço: Avenida Jaguaré nº 818 – Jaguaré CEP: 05346-000

Telefones: (11) 3572-1752

E-mail: agendamento.sms.sao@consorciomedsp.com

- 5.3. A critério da contratante, durante a vigência do contrato, o endereço de entrega poderá sofrer alterações, com inclusões, exclusões ou substituições, sem exceder os limites geográficos legais do município de São Paulo.

5.4. Se a CONTRATADA não acusar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de um dia útil a partir da data de envio da mesma por e-mail, a CONTRATANTE assumirá que houve o aceite do fornecimento por parte da CONTRATADA, e dará início à contagem do prazo de entrega do produto licitado.

5.5. Todos os itens licitados deverão ser entregues em caixas de papelão resistentes e devidamente fechadas e identificadas com a descrição do item, ou de suas partes. Cada embalagem deve conter de forma legível e indelével as seguintes informações sobre o produto: quantidade, dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade ou prazo de validade, formas de guarda e armazenamento.

5.6. No caso de constatação de irregularidades nos produtos entregues, a empresa vencedora do certame deverá substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto ofertado.

5.7. Na Nota Fiscal deve estar discriminada para cada número do lote, o nome do produto, a data de validade e a quantidade do produto entregue, sem prejuízo de outras informações.

5.8. As condições detalhadas de prazo, logística de entrega, conferência, aceitação, eventual recusa e substituição dos produtos deverão observar o disposto no instrumento convocatório, incluindo a obrigatoriedade de acompanhamento por representante da contratada no ato da entrega, quando aplicável.

- 5.9. A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica

para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.9.1. As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.10 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

5.10.2 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

5.11 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

5.11.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

5.11.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

5.11.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

5.12 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.

5.13 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.

5.14 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;

5.15 A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;

- 5.16 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
- 5.16.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
- 5.17 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;
- 5.18 O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;
- 5.18.1 O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.19 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.20 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.21 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.22 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.22.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.22.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.22.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.22.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo

máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

- 5.23 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.24 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
- 5.25 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.26 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
 - 5.26.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.
 - 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada da cópia da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.

- 6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.
- 6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.
- 6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasiona a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.
- 7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.
- 7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

- 7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela DETENTORA importará na aplicação das seguintes penalidades, podendo ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 8.1.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
 - 8.1.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
 - 8.1.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
 - 8.1.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
 - 8.1.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

- 8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 8.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 8.3 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria de Suprimentos - **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 8.3.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 8.3.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 8.4 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
- 9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
- 9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

- 9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
- 9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.
 - 9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim,, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DETENTORA:

Nome:

R.G.:

Cargo:



Testemunhas:

1) Nome:

R.G.:

2) Nome:

R.G.:

ANEXO – VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO -CADASTRO RESERVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **6018.2026/0021775-6**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: **90468/2026**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**

Aos dias do mês de do ano dois mil e -----, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na **Rua Doutor Siqueira Campos, nº 172** – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representado pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, Senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, as empresas abaixo identificadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I do Edital do referido Pregão, nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90468/2026/SMS.G**, cujos termos são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO RESERVA

2º Lugar: Empresa, CNPJ nº com sede na nº , bairro, cidade, telefone, neste ato representada

pelo seu procurador, senhor....., RG, CPF....., estado civil.....,
profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua

Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

3º Lugar: Empresa, CNPJ nº com sede na nº
....., bairro, cidade, telefone, neste ato representada
pelo seu procurador, senhor....., RG, CPF....., estado civil.....,
profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua

Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA

3.1 Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas no Anexo V –
Minuta da Ata de Registro de Preços também deverão ser observados pelos fornecedores
registrados no Cadastro Reserva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 O fornecimento por qualquer dos detentores registrados no presente Cadastro
Reserva fica condicionado à manifestação expressa de desinteresse pelo detentor
anterior, no prazo concedido pelo Órgão Gerenciador, cuja justificativa deve se ater
exclusivamente à caso fortuito ou força maior, resguardada a ordem de classificação.

4.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais
controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim,
....., lavrado o presente instrumento, que lido e
achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

SEGUNDA COLOCADA:



Nome:

RG:

Cargo:

TERCEIRA COLOCADA:

Nome:

RG:

Cargo:

Testemunhas:

1) Nome:

RG:

2) Nome:

RG:

ANEXO VIII – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: **6018.2026/0021775-6**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90468/2026**

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO /
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE /
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
(COVISA)

CONTRATADA: XXXX

OBJETO DO CONTRATO: COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ XXXX (XXXX)

VALOR TOTAL: R\$ XXXX (XXXX)

NOTA DE EMPENHO Nº: XXXX/2026 no valor de R\$ XXXX

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: XXXX

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA)**, localizada na Rua Dr. Siqueira Campos, 172 - Bairro Liberdade - São Paulo/SP, **CNPJ nº 06.078.063/0001-47**, neste ato representada pela sua Coordenadora, Sra. **MARIANA DE SOUZA ARAUJO**, nos termos da competência que lhe foi delegada, doravante designada como **CONTRATANTE** e a empresa, CNPJ nº, com sede na, neste ato representada por seu representante legal, Senhor(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº **.XXX.XXX-* e inscrito(a) no CPF sob o nº ***.XXX.XXX-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é o **COMPOSIÇÃO E ENTREGA DE “KITS DE AUTOCUIDADO CONTRA A DENGUE E OUTRAS ARBOVIROSES” A SEREM ENTREGUES PELA REDE DE SAÚDE, ATRAVÉS DOS AGENTES DE SAÚDE E ENDEMIAS, E INSETICIDAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS**, conforme especificações do Termo de Referência, nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE
1	KIT DE AUTOCUIDADO CONTRA DENGUE	XXXX
7	Inseticida em microdoses com gotas homogêneas produzidas por micropartículas magnetizadas para uso em áreas internas e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra Aedes aegypti.	XXXX
8	Larvicida com princípio ativo à base de polidimetilsiloxano acima de 80% para combater o desenvolvimento de Larvas e pupas do mosquito Aedes aegypti.	XXXX
9	Pote de larvicida biológico Bacillus thuringiensis variedade israelensis (Bti) com três tablets para a aplicação em criadouros de pequeno volume de água e com registro vigente na ANVISA para Venda Livre e eficaz contra Aedes aegypti.	XXXX

1.2. Vinculam esta contratação, **independentemente de transcrição**, a Ata de Registro de Preços, o Edital de Licitação que a precedeu e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, prorrogável na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022, desde que haja concordância das partes, a **CONTRATADA** haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

2.1.1. Caso a assinatura do contrato ocorra de forma eletrônica, considera-se como data de assinatura a data da última assinatura digital.

2.1.2. Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

- 2.2. Não obstante o prazo estipulado na cláusula 2.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.
- 2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido apenada nas sanções de declaração de inidoneidade para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, ou de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo, observadas as abrangências de aplicação e o disposto no art. 113 do Decreto 62.100/2022.
- 2.3.1. Por ocasião da prorrogação, será confirmada a permanência das condições previstas nas cláusulas 5.3 e 5.3.1 da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.1. As condições de execução e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação), que integra este contrato.
- 3.1.1. O **prazo de entrega será de no máximo de 30 (trinta) dias corridos** a contar da data de retirada da Ordem de Fornecimento pela **CONTRATADA**.
- 3.1.2. A entrega deverá ser realizada no Centro de Distribuição de Medicamentos e Correlatos (CDMEC), localizado na Avenida Jaguaré, nº 818, Jaguaré – São Paulo/SP - CEP: 05346-000.
- 3.2. A fiscalização da execução do contrato observará o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022 e na cláusula oitava deste contrato.
- 3.3. Observado o art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto contratual será recebido mediante relatório de medição do que foi executado no período de aferição definitivo no Termo de Referência, o qual será apresentado pela **CONTRATADA** à fiscalização da **CONTRATANTE**, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento.
- 3.4. O objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 3.5. Em caso da identificação de produtos ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, a **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.

- 3.6. Verificada a compatibilidade da execução do objeto com o previsto neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.
- 3.7. O recebimento do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil por vícios de quantidade ou qualidade dos materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.
- 3.8. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 3.9. Para a execução dos serviços previstos neste contrato, a Área Técnica Requisitante: Divisão de Vigilância de Zoonoses (SMS/SEABEVS/COVISA/ARBOVIROSES) deverá, por meio do Gestor Técnico do Contrato ou de representante designado, propor e conduzir reuniões técnicas orientativas com representante(s) da **CONTRADADA**.
- 3.9.1. Essas reuniões ocorrerão, no mínimo, no início da execução contratual e em cada prorrogação, visando o acompanhamento contínuo da execução contratual.
- 3.9.2. A comprovação da realização das reuniões será feita por meio da elaboração de ATA, assinada por todos os participantes e anexada ao respectivo processo de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. O **valor mensal estimado** da presente contratação é de **R\$**, totalizando o valor contratual de **R\$**, para todo o período de vigência do contrato.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: **XXXXXXXXXXXX**
- 5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou nota fiscal/fatura acompanhada da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.
- 6.2. Caso venha ocorrer necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.
- 6.4. Havendo atraso nos pagamentos por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.
 - 6.4.1. A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.5. Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.
- 6.6. Os pagamentos não isentam a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.
- 6.7. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.
- 6.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
 - a) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - c) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- 6.8.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.8.2. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista na cláusula 6.8.1., não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

- 7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o reajuste ou a revisão dos preços contratados observarão as regras previstas na referida Ata.
- 7.2. Após o término de vigência da Ata de Registro de Preços, serão observadas as regras descritas nesta cláusula.
- 7.3. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, apontada na Ata de Registro de Preços.
- 7.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal nº 57.580/2017.
 - 7.4.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados no prazo de um ano contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 7.10. Eventual pedido de revisão de preços contratuais formulado após o término da vigência da Ata de Registro de Preços será instruído pela **CONTRATANTE** e encaminhado à autoridade competente para deliberação, observado o procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência do Edital de Licitação que a precedeu, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:
- 8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;
 - 8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;
 - 8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme os requisitos de art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);
 - 8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;
 - 8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
 - 8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;
 - 8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;
 - 8.1.8. aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer disposições;
 - 8.1.9. exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;
 - 8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;
 - 8.1.11. encaminhar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - 8.1.12. informar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando a **CONTRATADA** não atender as condições no contrato, bem como sobre as penalidades aplicadas;

- 8.1.13. informar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quaisquer intercorrências relativas à execução, que ensejem as tipificações de penalidades previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.1.14. receber o objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 8.2. A fiscalização do contrato pelo **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 9.1.1. executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas, com eficiência e zelo, dentro dos padrões exigidos pelo **CONTRATANTE** e conforme as disposições deste Contrato, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação;
- 9.1.2. manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste;
- 9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação, que é parte integrante do presente instrumento;
- 9.1.4. empregar a mão de obra necessária e devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- 9.1.5. enviar à **CONTRATANTE** e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual, quando for o caso;
- 9.1.6. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a **CONTRATANTE** informada do produto fornecido;
- 9.1.7. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução do objeto, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos;
- 9.1.8. prestar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas na execução do contrato;

- 9.1.9. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, em razão da execução do contrato;
- 9.1.10. comparecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até 02 (dois) dias, para prestar esclarecimentos relacionados ao objeto do contrato;
- 9.1.11. manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;
- 9.1.12. assumir a responsabilidade por obrigações trabalhistas, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;
- 9.1.13. assumir encargos fiscais e comerciais incidentes na execução do contrato;
- 9.1.14. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.1.15. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 9.1.16. Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 9.1.17. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.1.18. Comunicar à **CONTRATANTE** toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.
 - 10.1.1. Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.
 - 10.1.2. Quando requerido pela **CONTRATANTE** ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a **CONTRATADA** deverá colaborar com a elaboração de

Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), fornecendo informações técnicas e operacionais necessárias à sua confecção.

- 10.2. O **MUNICÍPIO**, na qualidade de Controlador, é responsável por definir as finalidades e os meios do tratamento de dados pessoais. A **CONTRATADA**, na qualidade de Operadora, deverá seguir estritamente as instruções documentadas do **MUNICÍPIO** e implementar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais, conforme o art. 39 da LGPD.”
- 10.3. Tratamento pela **CONTRATADA** em Nome do **MUNICÍPIO**: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela **CONTRATADA** em nome e por conta do **MUNICÍPIO** (atuando como Operadora), a **CONTRATADA** deverá:
- a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do **MUNICÍPIO**.
 - b) manter registro atualizado das operações de tratamento realizadas no âmbito deste contrato, incluindo categoria de dados, base legal, finalidades, medidas de segurança aplicadas e prazos de retenção, disponibilizando tais informações à **CONTRATANTE** quando solicitado.
 - c) Cooperar com o **MUNICÍPIO** para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
 - d) Notificar o **MUNICÍPIO** em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
 - e) Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a **CONTRATADA** utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
 - f) A **CONTRATADA** deverá assegurar que seus funcionários, colaboradores e terceirizados com acesso a dados pessoais recebam treinamentos adequados sobre proteção de dados, privacidade e sigilo, compatíveis com a criticidade das informações tratadas.
 - g) Observar as hipóteses de tratamento determinadas pelo **MUNICÍPIO** para o tratamento dos dados pessoais, abstendo-se de coletar dados ou solicitar consentimento de titulares sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**.
 - h) A **CONTRATADA** deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela **CONTRATANTE** e, com expressa anuência da **CONTRATANTE**, nas seguintes hipóteses:

h.I - os dados se tornarem desnecessários;

h.II - término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

i) A **CONTRATADA** não poderá transferir dados pessoais tratados no âmbito deste contrato para fora do território nacional sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, devendo, quando aplicável, atender aos requisitos do art. 33 da LGPD.

j) Permitir a realização de auditorias pela **CONTRATANTE** e pelos órgãos de controle competentes, mediante aviso prévio e preservação de informações confidenciais, disponibilizando as evidências necessárias à comprovação do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

k) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do **MUNICÍPIO**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

10.4. Ocorrendo qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, inclusive incidentes de segurança, a **CONTRATADA** deverá notificar formalmente a **CONTRATANTE** no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato.

10.4.1 Na ocorrência de incidente de segurança no âmbito da execução do contrato, a **CONTRATADA** deverá, além da notificação formal prevista na Cláusula 10.4, encaminhar à **CONTRATANTE**, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do incidente, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – data e hora da detecção do incidente e, quando possível, da ocorrência;

II – descrição da natureza do incidente e dos dados pessoais afetados, especificando, quando aplicável, se envolveu dados sensíveis ou de crianças e adolescentes;

III – quantidade de titulares afetados, ainda que estimada;

IV – descrição das possíveis consequências do incidente;

V – medidas técnicas e administrativas já implementadas para conter ou mitigar os efeitos do incidente;

VI – medidas corretivas e preventivas planejadas ou em curso;

VII – identificação e dados para contato do encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO) da **CONTRATADA**, ou do responsável técnico designado para acompanhar a ocorrência junto à **CONTRATANTE**.

10.4.2. As informações referidas nos incisos da subcláusula 10.4.1 deverão ser atualizadas continuamente, à medida que novos dados forem obtidos ou medidas forem adotadas.

- 10.4.3. A **CONTRATADA** deverá prestar todo o suporte técnico, jurídico e administrativo necessário à **CONTRATANTE** para a eventual comunicação do incidente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), aos titulares afetados, bem como a outros órgãos competentes, conforme previsto no art. 48 da Lei nº 13.709/2018.
- 10.5. A **CONTRATADA** compromete-se a cooperar com a **CONTRATANTE** no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da **CONTRATANTE**.
- 10.5.1. A **CONTRATADA** deverá viabilizar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da requisição da **CONTRATANTE**, o fornecimento de todas as informações necessárias à verificação, validação e atendimento de solicitações formuladas pelos titulares, tais como:
- I – confirmação da existência de tratamento;
 - II – acesso aos dados pessoais;
 - III – correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
 - IV – anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
 - V – informação sobre compartilhamento de dados;
 - VI – informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa, quando aplicável.
- 10.5.2. A **CONTRATADA** não poderá responder diretamente a solicitações dos titulares, salvo se expressamente autorizada pela **CONTRATANTE**, devendo encaminhar imediatamente qualquer solicitação recebida, por qualquer meio, à **CONTRATANTE**, em até 2 (dois) dias úteis.
- 10.5.3. As obrigações previstas nesta cláusula não afastam a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventual descumprimento de instruções formais da **CONTRATANTE** que comprometa o atendimento aos direitos dos titulares, nos termos do art. 42 da LGPD.
- 10.6. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.
- 10.6.1. A **CONTRATADA** responderá, nos termos do art. 42 da LGPD, por perdas e danos, inclusive de ordem moral ou material, causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, desde que comprovada sua culpa no descumprimento de obrigações relativas à proteção de dados pessoais decorrentes deste contrato. A responsabilidade incluirá

o ressarcimento de eventuais multas administrativas impostas à **CONTRATANTE** em decorrência exclusiva de ação ou omissão da **CONTRATADA**.

10.6.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual cabível, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

10.7. A **CONTRATADA** somente poderá envolver suboperadores no tratamento de dados pessoais mediante autorização prévia, expressa e formal da **CONTRATANTE**, devendo garantir que tais terceiros observem integralmente as obrigações de proteção de dados previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E PENALIDADES

12.1. O descumprimento do contrato ensejará a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula.

12.2. **Multa por descumprimento do cronograma:** 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

12.2.1. Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias, a **CONTRATANTE** deverá recusar o recebimento, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

12.2.2. Na hipótese da subcláusula 12.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da **CONTRATANTE**, aplicada a multa prevista na cláusula 12.2.

12.3. **Multa pela entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas:** 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto executado incorretamente, a ser fixada nos termos da cláusula 12.8, sem prejuízo da obrigação de refazimento.

12.3.1. Na hipótese desta cláusula 12.3, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

12.4. **Pelo atraso na substituição ou complementação do objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas contados a partir da comunicação formal da contratante:** 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade entregue em desconformidade, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

- 12.4.1. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, a unidade requisitante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do objeto, aplicando-se as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.
- 12.5. **Multa por inexecução parcial do contrato:** 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela não entregue, ou entregue em desacordo com as especificações técnicas ou com atraso superior a 10 (dez) dias.
- 12.6. **Multa por inexecução total do contrato:** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
- 12.6.1. Na mesma multa incorrerá a **CONTRATADA** quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela **CONTRATANTE**.
- 12.7. **Multa por violação à cláusula 10ª (LGPD):** até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, a ser fixada nos termos da cláusula 12.11.
- 12.8. Havendo comunicação de desinteresse da **CONTRATADA** em prorrogar o contrato após o prazo previsto na cláusula 2.1.2. deste contrato, esta ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, observados os critérios previstos na cláusula 12.11.
- 12.9. **Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste,** não capitulada em cláusula específica: 1% (um por cento) do valor total do contrato, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento, observados os critérios da cláusula 12.11.
- 12.9.1. Na hipótese desta cláusula 12.6, poderá, ainda, ser proposta pelo gestor ou fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.
- 12.10. Nas hipóteses das cláusulas 12.5, 12.6 e 12.7, ficará a critério da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:
- a)** da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b)** da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.11. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 12.12. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.
- 12.13. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da **CONTRATADA**.
- 12.13.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela **CONTRATADA**.
- 12.13.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**.
- 12.13.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 12.14. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a **CONTRATADA** comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto nº 62.100/2022.
- 12.15. A **CONTRATANTE**, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) em advertência, observados os critérios da cláusula 12.11.
- 12.16. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 12.17. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso, nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos neles fixados.
- 12.18. Compete à **CONTRATANTE**:
- a) aplicar penalidades de advertência e multa em virtude de infrações ao presente contrato e sugerir ao ÓRGÃO GERENCIADOR a aplicação das penalidades previstas na cláusula 12.10 deste contrato (art. 156, III e IV, da Lei Federal 14133/2021), quando for o caso;
 - b) aplicar quaisquer penalidades, em virtude de infrações ao presente contrato, após o término de vigência da Ata de Registro de Preços;
 - c) informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR quando a **CONTRATADA** não atender às condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, bem como sobre as penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando expirado o prazo de vigência.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTICORRUPÇÃO

- 14.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.
- 14.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 62.100/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos,

hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

- 18.1. As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes. Caso não haja solução pela negociação, as partes poderão submeter a controvérsia para a mediação judicial ou extrajudicial.
- 18.2. Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem de acordo as partes **CONTRATANTES**, foi lavrado o presente instrumento, que, lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

MARIANA DE SOUZA ARAUJO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA)
CONTRATANTE

XXXXXXXXX
CONTRATADA

(INCLUIR O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA)